



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: APONTAMENTOS A PARTIR DE UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA¹

Gustavo Abonizio²

RESUMO: O presente artigo procura pensar as condições e relações de trabalho que os profissionais da educação estão submetidos e, principalmente, quais têm sido os efeitos à saúde desse profissional. No Brasil, a partir dos anos de 1990, houve um intenso processo de reestruturação produtiva aliada à introdução de políticas neoliberais como norte da ação pública. Dentre as características que marcaram a estrutura produtiva, pode-se destacar a introdução da terceirização tanto das unidades produtivas quanto dos serviços públicos. Aliada a esse quadro, nos anos noventa, destacam-se as reformas educacionais como fator de intensificação do trabalho docente. Tendo esse quadro social como pano de fundo, objetiva-se pensar os desdobramentos na esfera do trabalho docente.

Palavras-Chave: Trabalho docente. Precarização do trabalho. Saúde.

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva discorrer a respeito do trabalho docente, e, mais especificamente a problemática do processo de precarização dessa atividade que vêm se acentuando a partir de um contexto de transformações ocorridas tanto na esfera do trabalho, quanto no âmbito das políticas educacionais, a partir dos anos de 1990.

Substancializando tal problemática, Sorrato e Heckler (1999) afirmam que raramente os especialistas analisam a questão do trabalho docente e a escola como elemento parte de uma organização de trabalho. Para tais

¹ Orientador: Claudinei Carlos Spirandelli

² Professor da rede pública do estado de São Paulo, cursando especialização em Ensino de Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP (modalidade EAD) e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. Contato: gustavoblz@hotmail.com



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

autoras, a escola é uma organização de trabalho prestadora de serviços, a educação. No entanto, tal serviço assume a particularidade pôr esse profissional a todo o momento numa situação de exigência e de tensão. Isto é, o profissional da educação tem sua atividade sendo avaliada constantemente pelos seus “clientes”, os alunos. Portanto, a satisfação dos alunos em relação ao serviço prestado pelo professor, diferentemente de um produto tangível que satisfaz uma necessidade no ato no consumo, ocorre de maneira processual, ou seja, é durante o processo de ensino que o aluno vai obter um serviço de qualidade e que lhe satisfaça. Disto, de acordo com Sorrato e Heckler (p. 91. 1999), decorre duas conclusões:

A primeira é que o nível de exigência e de tensão para o trabalhador é muito maior do ponto de vista afetivo e a segunda é que o trabalhador, em função dessa demanda, precisa estar bem do ponto de vista emocional para estar em condições de desempenhar adequadamente sua função e sempre atualizado para conseguir responder às necessidades dos clientes.

Desse modo, é a partir dessa perspectiva, a da escola e do docente como compondo uma organização de trabalho que está passando por profundas transformações que o presente artigo procura fazer alguns apontamentos, através de parte da literatura especializada, a respeito das condições de trabalho que esses trabalhadores estão submetidos. Além disso, como afirma o trecho supracitado, para o profissional da educação é exigido um esforço muito grande a respeito do seu estado emocional, uma vez que o nível de exigência e tensão é acentuado em tal profissão. Pensando nisso, este trabalho procurou, também, fazer alguns apontamentos acerca do estado de saúde que se encontra, atualmente, esse profissional.

Desse modo, objetivando dar conta dessas questões, o presente artigo se estrutura a partir de quatro seções: *Apontamentos sobre as transformações no mundo do trabalho; Considerações sobre a reestruturação produtiva no*



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

Brasil; Trabalho docente: novas demandas e precarização do trabalho no interior da globalização e Para onde vai a saúde do profissional da educação?.

Assim, o caminho percorrido pelo texto, no qual a finalidade é estabelecer ligações entre as transformações ocorridas no mundo do trabalho e seus desdobramentos para a realidade brasileira com as mudanças postas em marcha no âmbito da educação especialmente do trabalhador docente. Por fim, pretendemos apresentar os resultados de pesquisas atuais, as quais problematizam os efeitos dessas mudanças à saúde do professor.

APONTAMENTOS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

A dinâmica da acumulação capitalista obteve, a partir da 2ª Grande Guerra, especialmente nos países centrais, um modelo de desenvolvimento o qual possibilitou a junção dos interesses das duas classes antagônicas que engendra esse sistema de produção. Esse fenômeno, segundo Bühr (2010) foi designado como *o compromisso fordista*.

Bühr (2010), discorrendo sobre os termos gerais que nortearam esse modelo de desenvolvimento, aponta que sob a perspectiva do proletariado, esse compromisso significou “uma espécie de imensa barganha, pela qual o proletariado renunciou à aventura histórica em troca da garantia de sua seguridade social” (BIHR. 2010. p. 37). Nesse sentido, o proletariado obtinha, através dessa aliança com a burguesia, vantagens, especialmente, no campo da assistência social, uma vez que era proporcionada para essa coletividade

a satisfação de seus interesses de classe mais imediatos e, portanto, também mais vitais: uma relativa estabilidade de emprego; crescimento de seu ‘nível de vida’; uma redução de seu tempo de trabalho; a satisfação de um certo número de suas necessidades fundamentais (habitação, saúde, educação,



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

formação profissional, cultura, lazer, etc.) (BIHR. 2010. p. 37/38).

Desse modo, a efetivação do compromisso fordista significou um processo contraditório para o proletariado ocidental, pois essa classe na medida em que suas reivindicações mais imediatas eram sanadas, ela perdeu do seu horizonte a sua “aventura histórica”, isto é, a possibilidade de emancipar a humanidade dos imperativos do capital.

Os tipos de organização do processo de trabalho que acompanhou e permitiu a realização do compromisso *fordista* foram à generalização do *taylorismo* e do *fordismo*. A conjugação desses dois princípios organizacionais da produção permitiu ao capital a sua dominação sobre o processo de trabalho, na medida em que o aspecto intelectual do operário era apropriado pelo capital.

Esses dois modelos de organizar a produção possuem uma finalidade única para o capital, “a intensificação da exploração da força de trabalho” (Bihar. 2010. P. 40). Com o taylorismo a tarefa do operário é decomposta nos seus últimos fragmentos, tornando-a cada vez mais monótona e repetitiva. No entanto, permite que os “tempos mortos” da produção sejam reduzido. Com o fordismo, o incremento da mecanização da produção acentua a produtividade do trabalho operário.

É por meio da implementação desses dois princípios de organização da produção que se inaugurou um novo regime de acumulação que foi a base do *compromisso fordista*. Assim, o processo de acumulação adquire a característica *intensiva*, na medida em que ele é

orientado para a formação da mais-valia relativa: o aumento do trabalho excedente pela diminuição do tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho do proletariado, graças ao aumento contínuo da produtividade média do trabalho social. (BIHR. 2010. p. 40).



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

Esse modelo de acumulação na medida em que engendrou um aumento na produtividade da produção foi determinante à consolidação do compromisso fordista. De acordo com Bihr (2010), esse processo poderia esbarrar em dois obstáculos: *inchar a demanda de meios de produção e limitar a demanda de meios de consumo*. Assim, a saída para superar uma crise de superprodução seria a divisão dos ganhos de produtividade, ou seja, profundas transformações da relação salarial. Tais transformações foram efetivadas através de medidas como, por exemplo, *salário mínimo, crescimento dos salários reais, práticas e procedimentos de negociação coletiva, salário indireto*, Bihr (2010).

Desse modo, a efetivação do modelo técnico-organizacional da acumulação intensiva tinha como pressuposto “a aceitação pelo proletariado da dominação do capital sobre o processo de trabalho, inversamente, a regulação desse mesmo regime de acumulação não só tornava possível, mas também necessária a satisfação de alguns de seus interesses mais imediatos” (BIHR. 2010. p. 43).

No entanto, o tempo de vida do compromisso fordista não ultrapassou os meados dos anos de 1970. De acordo com o autor, foram quatro os fatores que desencadearam o enfraquecimento desse regime de acumulação: a *diminuição dos ganhos de produtividade, elevação da composição orgânica do capital, saturação da norma social de consumo e desenvolvimento do trabalho improdutivo*³. O resultado do movimento desses quatro fatores provoca uma *redução da taxa média de lucro*, portanto marca a crise de valorização do capital nos anos setenta.

É nesse contexto que ocorre o desmoronamento daquele compromisso que encabeçou o processo de acumulação pós-guerra. As respostas dadas tanto pelos capitalistas quanto pelos governos ocidentais foram no sentido de

³ Para mais detalhe sobre cada desses fatores, ver o capítulo “A ruptura do compromisso fordista”. In: Bihr, Alain. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2010.



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

“cobrar” da classe trabalhadora o ônus dessa crise. Desse modo, o capital progressivamente foi desconstruindo aquela relação salarial típica do fordismo. Por parte dos governos, as repostas vieram sob a bandeira do liberalismo com o intuito de desestatização da economia, ou seja, “desmantelar todo o aparato institucional que havia servido de arcabouço regulador ao crescimento fordista” (BIHR. 2010. p. 76).

No que pese as formas de organização da produção que objetivava a saída da crise, o capital inaugura desde então “uma nova ordem produtiva” (BIHR. p. 87. 2010), a qual tem como pressuposto ir além da fábrica fordista.

Entre as formas pelas quais essa nova ordem produtiva⁴ materializou, destaca-se, nesse momento, a fábrica flexível, a qual pressupõe a organização flexível do trabalho, ou seja, o trabalhador deve-se adaptar a distintos postos de trabalho, ter a polivalência como requisito básico. A flexibilização também se dá nas condições jurídicas dos contratos de trabalho, na qual a idéia básica é a possibilidade de recorrer a uma força de trabalho em tempo parcial e temporária, além da subcontratação e ao trabalho por encomenda. Nas palavras do autor: “flexibilidade rima diretamente com instabilidade” (BIHR. 2010. p. 92). Esse elemento é imprescindível para pensar as condições de trabalho docente, pois como será indicado no decorrer do texto, as formas de subcontratação, trabalho temporário faz parte da realidade desses profissionais.

Nesse sentido, Bourdieu (1998) assinala quais são os efeitos que tal ordem produtiva pode acarretar ao mundo do trabalho. O autor constata que “a precariedade está hoje por toda a parte”, tanto no setor privado quanto no público, pois o que se impera nas relações de produção são formas de inserção temporárias e interinas típicas do modelo de acumulação flexível.

De acordo com Bourdieu (1998. p. 120)

⁴ Para mais detalhe sobre as características dessa nova ordem produtiva, ver o capítulo “A fragmentação do proletariado”. In: Bihr, Alain. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2010.



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

a precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher expostos a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobre tudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável

Nesse sentido, o autor está apontando o caráter conservador que a precariedade das relações de trabalho incide na mobilização da classe trabalhadora. Portanto, a crise e seus desdobramentos, por exemplo, o desemprego estrutural⁵, propicia uma “mentalidade coletiva” Bourdieu (1998), a qual solapa a mobilização da classe trabalhadora. Nas palavras do autor: “a insegurança objetiva funda uma insegurança subjetiva generalizada, que afeta hoje [...] o conjunto dos trabalhadores e até aqueles que não estão ou ainda não foram diretamente atingidos” (BOURDIEU. 1998. p. 121).

Essas breves considerações sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir da década de 1970 são necessárias para que possamos situar de que maneira esses processos tem sido desenvolvidos no Brasil. Desse modo, a próxima seção terá por objetivo apontar quais foram às características da reestruturação produtiva no Brasil a partir dos anos noventa.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL

⁵ Para mais detalhes sobre o desemprego estrutural na sociedade capitalista, e particularmente no Brasil ver: MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: Ricardo Antunes (org). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo, SP. Boitempo, 2006. POCHAMANN, Marcio. Desempregados do Brasil. (idem).



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

Esta seção tem por objetivo apresentar a forma pela qual o processo de reestruturação produtiva, desencadeado primeiramente nos países centrais, ocorreu em solo brasileiro.

Antunes (2006) assinala que nos anos 1990, o Brasil foi marcado por um intenso processo de reestruturação produtiva do capital, o qual seguiu a mesma dinâmica dos países centrais, ou seja, a implantação da acumulação flexível e do modelo organizacional toyotista que tem por características marcantes as formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho.

Corroborando com a temática, Alves (2005) procura apontar quais foram às principais determinações sócio-históricas que impulsionaram o processo de reestruturação produtiva no Brasil. Segundo o autor, o primeiro ponto a ser observado refere-se à

nova etapa do capitalismo mundial, caracterizada pela mundialização do capital, que tende a projetar nas subsidiárias das corporações transnacionais [...] novas estratégias de produção, exigência do novo tipo de 'acumulação flexível' (ALVES. 2005. p.183).

Em segundo lugar, os anos noventa foram caracterizados pela efetivação das políticas neoliberais, as quais procuraram modernizar o parque industrial brasileiro. Por fim, o movimento político e sindical no Brasil passava por um momento de crise, ainda mais com derrota política do PT nas eleições de 1989.

Conforme assinalam Antunes (2006) e Alves (2005) a intensificação do processo de reestruturação produtiva do capital em solo brasileiro foi condicionado ao ideário neoliberal. Desse modo, cabe apresentar de maneira breve os imperativos do neoliberalismo.



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

Anderson (1995), fazendo o *balanço do neoliberalismo*, define o neoliberalismo como “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (ANDERSON. 1995. p. 9). Entretanto, essa proposta teórica e política ganharam espaço a partir da crise do modelo de acumulação pós-guerra, em 1973. Nesse sentido, Hayek um dos principais arautos desse ideário afirmava que as raízes da crise

estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira geral, do movimentos operário, que havia corrido as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com suas pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSOM. 1995. p. 10)

Embora o programa neoliberal tenha por objetivo “corrigir” as falhas que há no modelo de acumulação *fordista*, por exemplo, com o enxugamento dos gastos sociais, e, por conseguinte, reavivar o crescimento econômico. Anderson (1995) aponta que os êxitos alcançados pelo programa neoliberal, como, por exemplo, a contenção da onda inflacionária, o aumento no desemprego como sendo um mecanismo natural e necessário de qualquer economia eficiente, o grau de desigualdade (ANDERSON. 1995), não foram suficientes para almejar o principal objetivo desses teóricos, a restauração das taxas de crescimento do capital, típicas da época do compromisso fordista (Bihl. 2010).

A implantação das idéias neoliberais no solo brasileiro foi realizada mediante as propostas pragmáticas definidas através o Consenso de Washington⁶. De maneira sintética, Tavares (1995. p. 68) afirma que tal

⁶ “O consenso de Washington é um conjunto cada vez mais abrangente de regras de condicionalidade aplicadas pelos organismos internacionais, sobretudo o FMI e o Banco Mundial, que os países devedores do mundo capitalista periférico e agora do ex-mundo socialista têm de aceitar para obter apoio político das grandes potências e escasso apoio financeiro dos bancos e agências internacionais” TAVARES, Maria da Conceição. “O Dissenso



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

Consenso faz parte das reformas neoliberais e possui práticas concretas distintas. “Mas, como ‘doutrina’, estão centradas na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução de tamanho e papel do Estado (para chegar ao chamado Estado mínimo)”.

Portanto, é no interior dessa conjuntura na qual ocorre a efetivação de práticas políticas⁷ de viés neoliberal que é intensificado o processo de reestruturação produtiva em nosso país.

No interior desse novo modelo de produção inaugurado, no Brasil, a partir dos anos 1990, pode-se destacar a terceirização “como procedimento estratégico das corporações transnacionais que procuram recompor os circuitos de valorização, desenvolvendo novas redes de subcontratação” (ALVES. 2005. p. 203), Antunes (2006), Bihl (2010).

Alves (2005) assinala que o incremento da terceirização no interior da estrutura produtiva acarreta duas vantagens ao capital. Desse modo, diante de um cenário de capitalismo mundializado, a implantação da terceirização

implica uma série de vantagens para o capital, tais como níveis ótimos de escala, redução dos custos administrativos, possibilidade de determinação ótima de custos e preços, maior concentração de atividades estratégicas, tais como logística da produção, planejamento, marketing vendas, etc, inclusive – e sobretudo - controle da força de trabalho, reduzindo potenciais de luta entre capital e trabalho assalariado em razão de menor concentração dos trabalhadores (ALVES. 2005. p. 207).

Nesse sentido, pode se observar que a terceirização resulta ao capital tanto um proveito econômico com a redução de custos quanto surte um efeito

de Washington”. In: NOGUEIRA, Paulo Batista et alli (1995). *Em defesa do interesse nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

⁷ Para mais detalhe sobre os períodos do governo Collor e Fernando Henrique Cardoso e suas relações com o processo de reestruturação produtiva, ver: ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do Trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. Ed: Boitempo, São Paulo, 2005. Especialmente o capítulo VIII.



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

político, uma vez que ela se torna um obstáculo à ação coletiva dos trabalhadores.

Alves (2005) enfatiza que o processo de terceirização das atividades produtivas pressupõe um novo arranjo jurídico-institucional que permita traduzir no plano do direito os imperativos do capital.

Portanto, nas palavras do autor:

Apesar da sua introdução legal tardia – no caso brasileiro apenas em 1998, foi aprovada Lei do Trabalho Temporário -, o desenvolvimento da flexibilidade do contrato do trabalho, de um novo arcabouço jurídico-institucional de regulação do trabalho no Brasil é imprescindível para o pleno desenrolar do complexo de reestruturação produtiva. É o cimento jurídico-institucional do novo (e precário) mundo do trabalho (ALVES. 2005. p. 240).

Embora a terceirização seja utilizada no interior da produção capitalista ela não se restringe às atividades tipicamente capitalistas. Gusmão (2002), por exemplo, aborda essa temática na perspectiva do Estado brasileiro.

Assim, como apontado anteriormente, o processo de reestruturação produtiva no Brasil foi acompanhado pela absorção do ideário neoliberal, o qual postula entre tantas medidas, o desmanche dos serviços estatais e a privatização dos mesmos. De acordo com o autor, “a terceirização tem no Estado o mesmo sentido que na esfera privada, de horizontalização de atividades para empresas privadas, de contratação indireta de serviços, com o objetivo de modificar o mercado de trabalho para a superação da crise do capital” (GUSMÃO. 2002. p. 98).

Os efeitos da terceirização para os trabalhadores no interior do Estado são análogos ao da empresa capitalista, pois as subcontratações da força de trabalho à realização dos serviços estatais incidem na “quebra de direitos, precarização do trabalho, fragmentação das relações trabalhistas, fragilização



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

da resistência sindical dos servidores públicos e adequação maior do Estado às demandas do mercado” (GUSMÃO. 2002. p. 103).

Para fins ilustrativos, a reportagem da Folha/Uol do dia 14/09/2010 intitulada *Temporários chegam a 46% dos professores em SP* exemplifica de maneira categórica o tamanho da problemática da terceirização no interior dos serviços prestados pelo Estado brasileiro. De acordo com a reportagem, em números absolutos, os professores temporários chegam ao número de 101 mil professores. Além de todas as implicações que tal processo acarreta para o professor, por exemplo, a incerteza de trabalho a cada fim de ano letivo. De acordo com a reportagem

Pesquisadores afirmam que o contingente de temporários tem impacto direto na qualidade de ensino, uma vez que eles tendem a ter uma rotatividade maior nos colégios, os temporários só podem escolher suas escolas depois que todos os concursados já fizeram suas opções. <http://www1.folha.uol.com.br/saber/798364-temporarios-chegam-a-46-dos-professores-em-sp.shtml>. Acesso em: 14/09/2010.

Em suma, essa seção procurou fazer alguns apontamentos no processo de reestruturação produtiva no Brasil, o qual foi desencadeado a partir da introdução do neoliberalismo na arena política, especialmente, a partir do governo Collor (1989). Além disso, objetivou-se apresentar quais têm sido os efeitos desse processo à classe trabalhadora, uma vez que a Lei do Trabalho Temporário (1998), a subcontratação no interior do Estado são processos que resultam na precarização das relações de trabalho, desmobilização dos trabalhadores, além de tornar os “serviços e as políticas públicas cada vez mais precárias, seletivas, pontuais e distantes das necessidades sociais” (GUSMÃO. 2002. p. 97).

Nesse sentido, a luz das transformações ocorridas no interior da materialidade do capital, na qual acarretou na reestruturação produtiva no



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

Brasil, a partir dos anos noventa, temos por objetivo discorrer a respeito da condição do trabalho docente em face dessas transformações das relações de trabalho.

TRABALHO DOCENTE: NOVAS DEMANDAS E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO INTERIOR DA GLOBALIZAÇÃO

O presente item tem por objetivo apresentar, através da análise de parte da literatura especializada, quais têm sido as novas demandas educativas e de que maneira esse processo exige a reestruturação do trabalho docente. Por meio de estudos de casos realizados pela literatura especializada, objetivamos exprimir o modo pelo qual tanto às novas demandas educativas quanto a reestruturação do trabalho docente tem contribuído à precarização do trabalho docente.

Debatendo essa problemática, Oliveira (2004) assinala que a década de 1990 foi marcada por um novo processo a respeito das demandas educativas. Segundo a autora,

se nos anos de 1960 assiste-se, no Brasil, à tentativa de adequação da educação às exigências do padrão de acumulação fordista e às ambições do ideário nacional-desenvolvimentista, os anos de 1990 demarcam uma nova realidade: o imperativo da globalização. (OLIVEIRA. p. 1129. 2004).

Esse novo momento da educação brasileira inaugurado nos anos 1990 implica na mudança de paradigma que norteava as ações educacionais. Portanto, as reformas educacionais desencadeadas nessa década tiveram como base “educação para a equidade social”. Assim, o sistema escolar deveria preparar o aluno com as competência e habilidades necessárias para o



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

mercado de trabalho. Além de ter o caráter de políticas sociais compensatórias, ou seja, que objetivasse a contenção da pobreza.

Essa mudança paradigmática, segundo Oliveira (2004)

repercuta diretamente na composição, estrutura e gestão das redes públicas de ensino. Trazem medidas que alteram a configuração das redes nos seus aspectos físicos e organizacionais e que tem se assentado nos conceitos de produtividade, eficácia, excelência e eficiência, importando, mais uma vez, das teorias administrativas as orientações para o campo pedagógico. (OLIVEIRA. p. 1130).

O trabalho docente face aos novos caminhos trilhados pelas reformas educacionais da década de 1990 com a expansão da educação básica como solução às desigualdades sociais e a preparação do aluno para o mercado de trabalho, passa por um movimento de reestruturação, uma vez que ocorre “maior responsabilização dos professores e maior envolvimento da comunidade” (OLIVEIRA. p. 1131. 2004).

O processo de precarização do trabalho docente pode ser observado no interior do novo paradigma, “educação para todos”, na medida em que a atividade docente extrapola de maneira demasiada a sua área de formação. Por exemplo, em muitos casos o professor é obrigado a desempenhar funções de assistente social, enfermeiro, psicólogo, etc. Além disso, as estratégias de gestão, como por exemplo, o comunitarismo, voluntariado (Amigos da Escola), incidem e reforçam o sentimento de desqualificação e desprofissionalização desses profissionais. Esse quadro é exposto da seguinte maneira por Oliveira (2004)

O trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração docente amplia o seu âmbito de compreensão. (OLIVEIRA. p. 1132. 2004).



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

A respeito da problemática da desprofissionalização, Rodrigues (2002) *apud* (OLIVEIRA. 2004) aponta que as reformas educacionais estão no bojo da gestão democrática⁸, a qual é marcada pela participação da comunidade na escola. No entanto, para a autora, o desenvolvimento da gestão democrática como política pública na área da educação pode ser apreendido como um caminho de mão dupla. Uma vez que, “esse movimento, ao mesmo tempo em que democratiza a escola [...] também representa maior ameaça para os profissionais no que se refere às supostas garantias de exclusividade sobre determinados terrenos” (OLIVEIRA. p. 1135. 2004).

Nas palavras de Rodrigues (p. 71. 2002) *apud* (OLIVEIRA. p. 1135. 2004)

a tendência para a desprofissionalização assenta naquilo a que se pode chamar mecanismo de desqualificação dos profissionais, de perda ou transferência de conhecimentos e saberes, seja para os consumidores, o público em geral, os computadores ou os manuais.

Com o intuito de ilustrar tal situação, o estudo de caso realizado por Mello (2006) sobre a desqualificação do trabalho docente na cidade de Londrina-Pr nos permite compreender melhor esse quadro. De acordo com o autor, nas escolas em que o uso da apostila era uma realidade, o trabalho do professor passava por profundas transformações, por exemplo, “as disciplinas são organizadas bimestralmente, cabendo ao executor da tarefa de transmissão dos conteúdos cumprir sua missão sem exceder o tempo previamente determinado para tal” (MELLO. p. 203. 2006). Portanto, o ritmo do trabalho docente é ditado pelo conteúdo das apostilas, não dando nenhuma margem para que os professores inovem nos conteúdos.

⁸ A gestão democrática do ensino público é uma exigência legal que está presente na Constituição Federal da República, de 1988. Seu objetivo era criar canais à participação democrática da comunidade nas decisões educacionais.



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

Mello (2006) desenvolve a idéia da desqualificação do trabalho docente inerente a intensificação do mesmo, a partir de um estudo sobre a rede particular de ensino, na cidade de Londrina - PR. As causas que permitem a correlação entre esses dois fenômenos são: profissionais mal remunerados, docentes que ministram mais de uma matéria, professores com cargos administrativos aliados às aulas em sala, capacitação face às novas tecnologias da educação (MELLO. 2006).

Contribuindo à análise da intensificação do trabalho docente, Apple (p. 39. 1995) apud (GARCIA E ANADON. p. 70. 2009) aponta que tal processo “representa uma das formas tangíveis pelas quais os privilégios de trabalho dos (as) trabalhadores (as) educacionais são degradados”, o qual tem sua expressão nas “crescentes demanda de novas atribuições, pela falta de tempo para as atividades mais básicas da vida humana e pelo sentimento de cansaço crônico dos trabalhadores intelectuais em função do excesso de trabalho” (GARCIA E ANADON. p. 70. 2009).

Seguindo essa trilha, Chaves e Frazão (2010) a partir do estudo de caso com os professores da rede pública da cidade de Belém, levantam alguns dados que exprimem a precária condição de trabalho que tais profissionais estão submetidos. De acordo com os autores, a média de alunos atendida por cada professor pesquisado varia entre 300 a 900 alunos. E para conseguir atender esse público, tais professores precisam freqüentar diariamente todos os turnos na escola em que trabalham.

Outra faceta da intensificação do trabalho docente refere-se ao trabalho extra-sala. Uma particularidade do profissional da educação está relacionada ao tempo gasto fora da sala de aula com correções de provas, lançamentos de notas, preparação de aulas e provas, etc. Todo esse tempo gasto se torna invisível para o sistema educacional, ou seja, não contabilizado no pagamento dos professores.



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

Desse modo, observa-se que a jornada de trabalho do profissional da educação não se restringe ao trabalho dentro da sala, uma vez que o chamado trabalho extra-sala consome muito tempo desse profissional. No estudo de caso de Garcia e Aranon (2009) uma das entrevistadas desabafa tal situação do seguinte modo:

Nós saímos daqui, nós chegamos em casa é prova para corrigir, é trabalho para corrigir, é aula para preparar, é isso que eu estou dizendo! Nós não temos essa vantagem de sair daqui sem problemas! E isso aí o governo não vê! É isso que nós deveríamos ser valorizadas! Porque nós não trabalhamos só aqui 40 horas, nós trabalhamos em casa também! Então o professor que trabalha 60 ele tem que trabalhar 80, porque ele vai ter que achar [risos] mais 20 horas para trabalhar dentro de casa! Aí ele não acha! Então ele faz um trabalho mecânico! (Fala de uma entrevistada. GARCIA E ANADON. p. 71. 2009)

Além disso, outra entrevistada aponta que devido ao arrocho salarial sofrido por essa categoria profissional, muitos professores têm sido obrigados a executarem jornadas mais longas. Segundo tal entrevistada, nos anos 1980 era comum aos professores trabalharem 20 horas/semanais. Dados da UNESCO (2004) apud GARCIA E ARANON (p. 72. 2009) apontam que 54,2% dos professores do ensino básico cumprem uma jornada semana de 21 a 40 horas.

Não obstante a isso, tais profissionais exercerem uma exaustiva jornada de trabalho nas escolas, Chaves e Frazão (2010) indicam que alguns professores ao invés de optarem em fazer três turnos nas escolas, eles completam sua renda com outras atividades como, por exemplo, motoristas de taxi, vendedores de cosméticos e outros tipos de produtos. A necessidade dos profissionais da educação se engajar em atividades que complementam suas rendas pode ser decorrência dos poucos salários obtidos com o trabalho docente, principalmente aos profissionais da educação infantil. Garcia e Anadon (2009) assinalam que em 2003, a partir da “Sinopse do Censo dos



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

Professores do Magistério da Educação Básica” contatou-se que a média salarial dos professores era de R\$ 644,00 reais.

Como já foi expresso no início deste artigo, o processo de reestruturação produtiva desencadeada a partir dos anos 1990 em solo brasileiro, desenvolve a desregulamentação da legislação trabalhista. Em outras palavras, a flexibilização de inserção do trabalhador no mercado de trabalho. Nesse sentido, Oliveira (2004) assinala que no conjunto da flexibilização das relações de trabalho, o trabalho docente também deve ser pensado no interior desse movimento uma vez que

O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, havendo, em alguns estados, os numerosos correspondentes aos trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriundas dos processos de reforma do aparelho do Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precarização de emprego o magistério público. (OLIVEIRA. p. 1140. 2004).

Outro trabalho que se debruça a respeito da temática aqui desenvolvida, refere-se estudo de caso de Garcia e Anadon (2009). Esses autores problematizaram, à luz dos depoimentos de oito professores das séries iniciais da rede municipal do Capão do Leão (RS). As falas dos entrevistados foram confrontadas com as propostas da reforma educacional, desenvolvida a partir dos anos 1990.

O estudo de Garcia e Anadon (2009) além de tecer comentários sobre todos os elementos apresentados até o momento tem o êxito de apontar o processo de autointensificação do trabalho docente. Para essas autoras,

Os aspectos da autointensificação do trabalho [...] dizem respeito à exploração, pelos discursos e pelas propostas educacionais oficiais, das autoimagens e dos sentimentos de profissionalismo das professoras. Isso acontece tanto pela



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

incitação a sentimentos de autorresponsabilização das professoras pelo fracasso da escola pública como pelo estímulo ao engajamento em mecanismos de profissionalização e ao exercício de uma conduta profissional baseada em uma ética salvacionista e missionária. A base necessária da intensificação do trabalho docente é o consentimento voluntário dos professores nesse processo. (GARCIA E ANADON. p. 75. 2009).

O que os autores entendem por autointensificação do trabalho docente, diz respeito às novas demandas que as reformas educativas dos anos noventa desencadearam as quais são conjugadas com imagem salvacionista que o ensino adquire na sociedade contemporânea, na medida em que há o “esgarçamento dos laços sociais e familiares” (GARCIA E ANADON. p. 79. 2009). Uma das professoras entrevistadas pelas autoras, expressa que o aumento da cobrança advinda da comunidade e da sociedade sobre os professores acerca do processo de socialização dos alunos. Além disso, para as autoras, a “gestão escolar” contribui para que seja intensificada a pressão exercida pela comunidade sobre o papel realizado pelos professores, ou seja, exigências de cunho moral e profissional.

Em suma, a presente seção procurou apresentar alguns elementos que compõe o processo de reestruturação do trabalho docente. Os aspectos apresentados nos permitem compreender de que maneira o trabalho docente tem sido atingido por meio da mudança de paradigma da educação que se encontra no bojo das reformas educacionais do período em questão.

Assim, os resultados para tais profissionais foram a desprofissionalização, desqualificação e intensificação do trabalho docente. Todos esses elementos representam a precarização das condições de trabalho que tais trabalhadores estão submetidos.

Além dos efeitos negativos que uma condição de trabalho precária recai para tal profissional e para sua o exercício de sua profissão, eles ilustram todos os estudos de casos expostos até o momento, há outra faceta desse



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

movimento que é debatida entre os especialistas, principalmente, da área da saúde. Referem-se às seqüelas que incide à saúde desse profissional, devido tais condições de trabalho.

PARA ONDE VAI A SAÚDE DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO?

Essa última seção tem por objetivo apresentar parte da literatura disponível que trabalha com a problemática da saúde do docente. Procura-se demonstrar os efeitos à saúde desse profissional, o qual está inserido no interior de um processo de reestruturação de sua atividade. Portanto, é nossa intenção expor alguns estudos de casos com o objetivo de ilustrar a dimensão dessa problemática. Embora a literatura especializada que se debruça sobre essa temática seja, principalmente, da área da saúde, nossa intenção é de tomar os resultados desses estudos a fim de ilustrar quais decorrências que a reestruturação do trabalho docente incide para tais profissionais.

Contribuindo com o debate, Assunção e Oliveira (2009) apresentam como hipótese de trabalho, a articulação que pode haver entre as dimensões do fenômeno da intensificação do trabalho docente e a saúde dos professores.

O processo de intensificação do trabalho docente descrito pelas autoras está relacionado em

executar outras tarefas durante o curso da ação principal, atender ao aluno individualmente e controlar a turma coletivamente e preencher múltiplos instrumentos e formulários de controle são dimensões da intensificação do trabalho que implica regular na urgência. Situações de sobreposição de tarefas podem explicar o cansaço físico, vocal e mental (ASSUNÇÃO E OLIVEIRA. p. 361. 2009)

Contribuindo com a hipótese de Assunção e Oliveira (2009), Gasparini, Barreto e Assunção (2005), procuram buscar elementos que indiquem de que



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

modo as defasagens das condições de trabalho nas escolas, diante das novas metas traçadas à educação, geram sobreesforço para tais profissionais.

Entre os problemas de saúde que atacam o profissional da educação, o estudo de Araújo (2008) apud (ASSUNÇÃO E OLIVEIRA. 2009) expõe que 97% dos professores, que compõe a rede municipal de ensino de Vitória da Conquista, apontaram o uso intensivo da voz. Assim, em estudo realizado com 2.103 professores da rede municipal de ensino de Belo Horizonte, apenas 33% dessa amostragem mencionaram não ter tido nenhum problema com relação à voz, Assunção *et al* (2008) apud (ASSUNÇÃO E OLIVEIRA. 2009). Desse modo, o que tais autores estão indicando, refere-se ao processo de hipersolicitação vocal, o qual é posto em marcha pelos professores, na medida em que esses precisam concorrer com ruídos intra e extra sala de aula, além de terem que manifestar sua autoridade sobre os alunos.

No estudo de Gasparini, Barreto e Assunção (2005) é apresentada, a partir dos dados da Gerencia de Saúde do Servidor e Pericia Médica (GPSM), a discussão acerca dos motivos que os professores alegaram para se afastarem da escola e as condições de trabalho estabelecido no interior da mesma.

De acordo com os autores, o afastamento de profissionais da educação de suas funções pode ser observado através os seguintes dados: dos 15.243 servidores que se afastaram entre os anos de 2001 a 2002, 84% eram da categoria dos professores. Tal pesquisa procurou mapear quais foram os principais motivos que esses profissionais alegaram para se absterem do seu trabalho. A principal causa apontada pela pesquisa de Gasparini, Barreto e Assunção (2005), foram os transtornos psíquicos, o qual provocou o afastamento de 15% dos professores. Em segundo lugar, estão os problemas que envolvem o aparelho respiratório 12%. Em terceiro, as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo 11%.



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

Comparando os resultados alcançados por Gasparini, Barreto e Assunção (2005), tais autores procuraram expor parte da literatura especializada, a fim de reforçar a sua hipótese, a qual o afastamento dessa categoria pode ser compreendido a partir das condições de trabalho que eles estão submetidos.

Ilustrativo, nesse sentido, foi o estudo realizado em Santa Maria (RS) Naujorks (2002) apud (GASPARINI, BARRETO E ASSUNÇÃO. 2005), que teve por objetivo investigar as principais causas geradoras do estresse nesses profissionais.

Tal pesquisa indicou que a falta de preparação dos professores para lidar com um novo público (alunos com necessidades especiais), que necessitavam de novas qualificações para atenderem essa nova demanda como a principal causa geradora de estresse dessa categoria profissional.

Outros elementos indicados pelos entrevistados como geradores do agravamento de sua saúde referem-se ao elevado número de alunos por turma; infra-estrutura inadequada, falta de trabalho pedagógico em equipe, a indisciplina cada maior, a desvalorização do profissional e, por fim, os baixos salários.

Portanto, observa-se que os elementos apontados na pesquisa de Naujorks (2002) como causadores do estresse desses trabalhadores, por exemplo, ter que lidar com um novo público, está relacionado com as novas demandas que a reforma educacional, anos noventa, colocaram em movimento.

Outro estudo que esclarece a situação da precarização do trabalho docente é realizado por Neto *et al.* (2002). Os resultados obtidos pelo autor apontam que 20% da sua amostra possuem duplo vínculo de trabalho, pois desenvolvem atividades tanto na rede pública quanto na privada. Os entrevistados indicaram como principais problemas de saúde: dor na garganta, pernas e costas; rouquidão e cansaço mental. As características do trabalho,



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

realizado por esses docentes, as quais se associam com as queixas são: “salas inadequadas, trabalho repetitivo, exposição ao pó de giz, ambiente de trabalho estressante, ritmo acelerado de trabalho, desempenho das atividades sem materiais e equipamentos adequados e posição de trabalho incomoda” (NETO *et al.* p. 196. 2002).

Como pode ser observado a partir dos resultados obtidos por meio da literatura especializada, tais estudos revelam que as condições de trabalho que essa categoria profissional está submetida têm sofrido severas transformações. Por exemplo, processo de desqualificação, desprofissionalização, intensificação do trabalho, flexibilização dos contratos, entre outros. Desse modo, todo o movimento referido tem contribuído para o definhamento da saúde dos trabalhadores da área, principalmente no que pese à saúde mental.

Nesse sentido, torna-se imprescindível a exposição do estudo de Codo e Menezes (1999) a respeito da manifestação da Síndrome de *Burnout*⁹ entre os profissionais da educação. Tal pesquisa é significativa, pois se procurou mapear em todo o território brasileiro, ou seja, nos vinte e sete estados da federação e com uma amostra de 39.000 mil sujeitos, a aparição dos sintomas dessa síndrome entre os profissionais da educação.

Codo e Menezes (1999) debatendo os fatores que podem acarretar o desenvolvimento do *burnout* entre os profissionais da educação, os autores indicam que parte da literatura especializada tem mencionada as

⁹ A síndrome *burnout*, segundo a definição de Maslach e Jackson (1981) “é uma reação à tensão emocional crônica gerada a partir do contato direto e excessivo com outros seres humanos, particularmente quando estes estão preocupados ou com problemas cuidar exige tensão emocional constante, atenção perene; grandes responsabilidades espreitam o profissional a cada gesto no trabalho. o trabalhador se envolve afetivamente com os seus clientes, se desgasta e, e num extremo, desiste, não agüenta mais, entre em burnout” (CODO E MENEZES. p. 238. 1999).

A síndrome envolve três componentes fundamentais: a) exaustão emocional: quando “os trabalhadores sentem que não podem dar mais de si mesmos a nível afetivo”; b) despersonalização: “endurecimento afetivo, ‘coisificação’ da relação”; e c) falta de envolvimento pessoal no trabalho: “tendência de uma ‘evolução negativa’ no trabalho, afetando a habilidade para realização do trabalho e o atendimento” (CODO E MENEZES. p. 238. 1999).



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

características do ambiente de trabalho como elementos associados ao desenvolvimento dessa doença mental. Desse modo,

Violência, falta de segurança, uma administração insensível aos problemas do professor burocracia que entrava o processo de trabalho, pais omissos transferências involuntárias, críticas da opinião pública, classes superlotadas, falta de autonomia, salários inadequados, falta de perspectiva de ascensão na carreira, isolamento em relação a outros adultos ou falta de uma rede social de apoio, além de um preparo inadequado, são fatores que têm se apresentado associados ao *burnout* (CODO E MENEZEZ. p. 243. 1999).

A síndrome de *burnout*, como já exposto anteriormente, envolve três componentes essenciais: exaustão emocional, despersonalização e falta de envolvimento pessoal no trabalho. Entretanto, os autores ressaltam que tais elementos devem ser analisados separadamente como uma variável contínua com níveis alto, moderado e baixo.

Nesse sentido, os resultados alcançados por Codo e Menezes (1999) revelaram que 39% apresentaram baixo envolvimento emocional com as tarefas, 25,1% exaustão emocional e 10,7% despersonalização. Desse modo, totalizando os dados, 48% dos educadores sofrem com algum sintoma dessa síndrome.

Assim, através da exposição dos resultados alcançados por parte da literatura especializada, pode - se compreender que os efeitos sobre a saúde dessa categoria profissional são apontados como conseqüências das transformações que estão ocorrendo no interior dessa profissão. Nas palavras de Assunção e Oliveira (2009. p. 366) [novas] “demandas chegaram à escola sem que as condições objetivas de atendimento fossem adequadas à nova situação, o que tem resultado em intensificação do trabalho docente”. E segundo tais autores, a intensificação do trabalho pressupõe fazer a mesma coisa mais rápida Assunção e Oliveira (2009).



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

Portanto, o processo de intensificação do trabalho docente aliado a um arsenal de elementos que contribuem à degradação da condição de trabalho docente, por exemplo, flexibilização dos contratos de trabalho, precária infraestrutura, novas demandas de público, entre outros; acabariam por contribuir para o adoecimento dessa categoria profissional e, conseqüentemente, implicariam no afastamento desses trabalhadores dos seus postos de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto optou por fazer a exposição de alguns elementos que compõe a realidade do trabalho docente, os quais incidem à precarização dessa atividade. Desse modo, observou-se que as transformações ocorridas na esfera do trabalho, na qual se podem citar a flexibilização dos contratos de trabalho, teriam contribuído junto aos processos desencadeados através das reformas educacionais, dos anos 1990, ao movimento de intensificação e, conseqüentemente, precarização do trabalho docente. Cada vez mais tem se exigido desse profissional e de sua capacidade cognitiva e mental para lidar com os novos desafios postos pela universalização do ensino como, por exemplo, o público diversificado atendido pelas escolas.

Entretanto, as condições de trabalho que o professor está inserido não têm colaborado para o êxito dessa profissão, pois, como foi observado através da literatura especializada, cada vez mais esse profissional tem se deparado com uma realidade difícil, por exemplo, trabalho em vários turnos, salários depreciados, trabalho extra-sala, infra-estrutura problemática, contratos de trabalho temporários, entre outros.

Além das conseqüências que todo esse conjunto trás para o processo e qualidade do ensino, outras implicações foram registradas à saúde desse profissional. Nesse sentido, foi significativa a exposição de alguns resultados a



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

respeito da relação entre condição de trabalho docente e saúde, uma vez que, têm sido enormes os níveis de afastamento de profissionais da sala de aula por problemas relacionados à deterioração de sua saúde. Além de estar provocando fissuras para o futuro da educação devido à “contaminação” que esses profissionais tem tido pela síndrome de *burnout*, a qual, como alerta Codo (1999), é a *síndrome da desistência do educador, que poderá levar a falência da educação*.

Desta maneira, o êxito do presente texto está relacionado aos caminhos que as próximas pesquisas possam ser levadas. Assim, os estudos de casos sobre as condições de trabalho do docente e suas transformações são necessários, na medida em que o futuro da educação passa pela qualidade do ensino, o qual só é possível se o docente tenha qualidade e condições adequadas de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. “A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil”. In: Ricardo Antunes (org). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo, SP. Boitempo, 2006.

ASSUNÇÃO, Ada. A. & Oliveira, Dalila, A. intensificação do trabalho e saúde dos professores. *Educação e Sociedade*, V. 30, nº 107, 2009.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2010.



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CODO, Wanderley (coordenador). *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CHAVES, Andrea, B. P. e FRAZÃO, Paulo S. P. A precariedade do trabalho docente. IN: *Anais do VII Seminário do Trabalho realizado em Marília-SP*. 2010.

GARCIA, Maria M. A. & ANADON, Simone. B. Reforma educacional, intensificação e autointensificação do trabalho docente. *Educação e Sociedade*, V.30, n° 106, 2009.

GASPARIN, Sandra M.; BARRETO, Sandhi M. e ASSUNÇÃO, Ada Àvila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educação e Pesquisa*, V. 31, n° 2, 2005.

GUSMÃO, Rute. A terceirização de serviços na contra-reforma do Estado. *Serviço Social e Sociedade*, n°70, 2002.

MELO, Fabio Mansano. Notas sobre a desqualificação do trabalho docente. *Revista Mediações*, V. 11, n° 1, 2006.

MÉSZÁROS, István. "Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda". In: Ricardo Antunes (org). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo, SP. Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A Reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade*, V. 25, N° 89, 2004.

POCHAMANN, Marcio. "Desempregados do Brasil". In: Ricardo Antunes (org). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo, SP. Boitempo, 2006.

SORATTO, Lúcia & HECKLER, Cristiane O. "Os trabalhadores e seu trabalho". In: Codo, Wanderley. (org). *Educação: Carinho e trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes. 1999.

TAVARES, Maria da Conceição. "O Dissenso de Washington". In: NOGUEIRA, Paulo Batista et alli (1995). *Em defesa do interesse nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

Temporários chegam a 46% dos professores em SP.<
<http://www1.folha.uol.com.br/saber/798364-temporarios-chegam-a-46-dos-professores-em-sp.shtml>> acessado em 14/09/2010.